NOTICIAS LX Semanário

11 de Março de 2023 Loures | Odivelas | Grande Lisboa Nº 37

ODIVELAS TERRA DE OPORTUNIDADES!

Odivelas: para o peditório da nova construção, já contribuímos!

Indice

Carta aberta ao Sr. Presidente da CMO, Hugo Martins 2

Programa Bolsas de Mérito para estudantes apresentado no Conselho Municipal de Juventude 3

Ciclo Loures Educa+ 2023 4

Loures | Aqua Conference 2023 | 17, 18 e 19 Março 5

Loures de lés a lés – Oeste a Este 6

Espetáculo do Dia Internacional da Mulher no Pavilhão "Paz e Amizade" em Loures 7

Fontes de Energia para Produção de Eletricidade na Europa 8

Conferência sobre "As Novas Recomendações da ERSAR" - Ricardo Leão 9

Regionalização à socapa e sem referendo 10

ODIVELAS TERRA DE OPORTUNIDADES! 11

A CULTURA 12/13

Odivelas: para o peditório da nova construção, já contribuímos! 14

MUBi quer Mais Mulheres a Pedalar no dia 8 de Março e em todos os outros dias 15

Proposta energia eólica off-shore: ONGA propõem critérios ambientais e socioeconómicos mais rigorosos 16

Loures presente na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa 17

Carta aberta ao Sr. Presidente da CMO, Hugo Martins

Odivelas, 8 de Março de 2023

Em Odivelas, a Câmara Municipal a que V.Exa. preside, ao longo dos tempos, tem mantido uma política de apoio aos Órgãos de Comunicação Social, através da publicidade institucional, que se rege pela falta de critérios favorecendo uns e discriminando outros.

Com certeza que V.Exa. não quererá, com essa forma de exercer o poder, alimentar a sua imprensa boa e discriminar os OCS que acolhem opiniões diversas e promovem o debate político[1], mas é o que nos parece e, em política, o que parece é.

Contrariamente a outras Câmaras Municipais do Partido Socialista, na Câmara Municipal de Odivelas, cujo executivo que V.Exa. comanda se reclama do PS e tem maioria absoluta, temos assistido à sonegação de informação sobre a atividade da CMO e, sobre isto, já tive oportunidade de anteriormente informá-lo sobre a Vossa política discriminatória de comunicação.

Ora em 22 de Setembro de 2022, nos trabalhos da Assembleia Municipal de Odivelas [2], foi apresentada uma Moção *"Pela atribuição de apoio municipal aos Órgãos de Comunicação Social locais e regionais sediados em Odivelas"* que propunha um apoio pela inserção de publicidade nos OCS Locais e o PS recusou liminarmente qualquer apoio nesse sentido invocando que os OCS: *"pese embora desempenhem uma função de interesse público, uma vez que têm por missão servir a comunidade geográfica na qual se inserem, oferecendo informação sobre a atualidade local ou regional, opinião ou conteúdos musicais em vários formatos, não recebem qualquer apoio financeiro por parte da Câmara Municipal de Odivelas"* – **Ora isto não corresponde à verdade e,** para que não restem dúvidas, aqui temos um apoio da CMO a um Órgão de Comunicação Social do concelho de Odivelas em Fevereiro de 2023:

Objeto do contrato	Tipo de procedimento	Adjudicante	Adjudicatário	Preço contratual	Publicação
Prestação de serviço para realização de 12 inserções de publicidade relativa à atividade Municipal	Ajuste Direto Regime Geral	Município de Odivelas	ARTUR LUCENA, UNIPESSOAL, LDA. - LOURES MAGAZINE ODIVELAS	5.400,00 €	16-02-2023

Não está em causa o OCS que é apoiado nem o seu proprietário, o que está em causa é que:

- A CMO não deve discriminar os OCS Locais.

- Porquê só este e não todos os que têm atividade no concelho?

- A CMO deve promover a liberdade de informar, a Democracia e o debate de ideias.

Não há Democracia sem Imprensa Livre.

Cumprimentos,

António Tavares,

diretor do NotíciasLx

(cópia enviada às concelhias dos partidos representados na AMO)

António Tavares, diretor

EDITORIAL

1 Somos o único OCS que promove o debate político e para o qual, convida painéis das várias forças políticas, incluindo o PS.

2 https://noticiaslx.pt/2022/09/27/cds-odivelas-propos-apoio-municipal-a-comunicacao-social-local-e-regional-sediada-em-odivelas-ps-chumbou-e-psd-e-pan-abstiveram-se/

Ficha Técnica Noticias LX - Diretor: António Tavares - Editor e Redação: Alameda Salgueiro Maia, Lote 4, 1º andar – Gab 8, 2660-329 Santo António dos Cavaleiros | NoticiasLx@sapo.pt
Colunistas: Oliveira Dias, Paulo Bernardo e Sousa, Ricardo Henriques, Nuno Miguel Botelho, Fernando Pedroso, Ricardo Andrade, Maria Máxima Vaz, David Pinheiro, Filomena Francisco, Vitor Manuel Adrião, Pedro Almeida, João Calado, José Maria Pignatelli, Filipe Martins, Ricardo Helena.

Inscrição na ERC: 127230 | Periodicidade: **Semanal**
Estatuto editorial: https://noticiaslx.pt/estatuto-editorial/
Regras editoriais: https://noticiaslx.pt/regras-editoriais/
NoticiasLx: https://NoticiasLx.pt

Programa Bolsas de Mérito para estudantes apresentado no Conselho Municipal de Juventude

O Conselho Municipal de Juventude de Loures reuniu, no dia 7 de março, no Palácio Marqueses da Praia e Monforte, uma sessão na qual foi apresentado o programa Bolsas de Mérito para estudantes no ensino superior.

Reduzir os efeitos das desigualdades sociais que impedem o acesso à educação, nomeadamente devido a dificuldades económicas, é o principal objetivo deste programa. Esta oportunidade tem como destinatários alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior público, para obtenção do grau de licenciatura ou mestrado, com idade inferior ou igual a trinta anos. Entre outras condições de elegibilidade, o interessado deve residir no concelho de Loures, e ter nacionalidade portuguesa ou ser detentor de autorização de residência permanente.

"O prazo de candidatura deverá decorrer até à primeira quinzena de outubro, permitindo a análise e tramitação do processo", indicou a vice-presidente da Câmara Municipal de Loures, Sónia Paixão, adiantando que a dotação financeira inicial, de dez mil euros, poderá "traduzir-se num aumento, considerando o eventual envolvimento da área de Ação Social da Autarquia na dinamização do projeto".

Nesta reunião de plenário foi destacada a programação do Março Jovem, e referenciada a iniciativa Bootcamp de Associativismo, pelo Movimento Transformers, centrada na promoção do voluntariado, capacitação para o associativismo estudantil e juvenil e no aumento da atuação cívica e social.

A "consciencialização para a cidadania ativa e a preocupação com questões de desigualdades que causam impacto na sociedade inclusiva que pretendemos" foram assinaladas por Sónia Paixão ao manifestar "redobrada satisfação pela participação coletiva", neste órgão consultivo, "de onze deputados da Assembleia Municipal Jovem. A intervenção na vida pública e o compromisso com a vossa terra, vão marcar a diferença".

Os trabalhos foram concluídos com a eleição de Adelaide Páscoa como representante para o Conselho Local de Ação Social.

Fonte: CM Loures

Ciclo Loures Educa+ 2023

A Câmara Municipal de Loures promove entre 3 de março e 17 de maio, o Ciclo Loures Educa +.

"Pais apressados, filhos stressados: A importância do tempo na relação"
"
Estratégias de gestão de comportamento: Técnicas eficazes desde a infância à adolescência"

A Escola Básica do Fanqueiro, em Loures, recebe, no dia 14 de março, a ação "Pais apressados, filhos stressados: A importância do tempo na relação". No dia 16 de março é a vez da Escola Básica Maria Keil, na Apelação, receber a ação "Estratégias de gestão de comportamento: Técnicas eficazes desde a infância à adolescência".

Integradas na iniciativa "Ciclo Loures Educa +", as ações contarão, respetivamente, com a participação do pediatra Mário Cordeiro e da psicóloga Tatiana Louro da Bela. Ambas as ações terão início às 18h30.

O "Ciclo Loures Educa +" trata-se de um conjunto de debates, ações (in)formativas e oficinas, realizado em parceria com Associações de Pais e Encarregados de Educação, Agrupamentos de Escolas, Centro de Formação de Associação de Escolas CENFORES e Centro de Formação de Associação de Escolas da Zona Oriental do Concelho de Loures. É dirigido a pais e encarregados de educação, professores e outros profissionais da área educativa.

Pretende-se com esta iniciativa proporcionar a partilha de conhecimentos para a discussão e reflexão em torno das grandes temáticas da Educação e das questões essenciais nas áreas da Infância e da Adolescência, contando-se, para o efeito, com a participação de duas dezenas de alguns dos mais reputados especialistas nacionais.

Mais se informa que estas ações são reconhecidas pelo Centro de Formação de Associação de Escolas CENFORES e pelo Centro de Formação de Associação de Escolas da Zona Oriental do Concelho de Loures e a sua participação confere a qualidade de Ação de Curta Duração (ACD).
Consulte o programa do "Ciclo Loures Educa+ 2023" https://indd.adobe.com/.../7333032b-38b8-49aa-959a...

Fonte: CM Loures

Loures | Aqua Conference 2023 | 17, 18 e 19 Março

Durante três dias serão disponibilizados diversos workshops na Escola Secundária António Carvalho Figueiredo, e algumas demonstrações práticas na Piscina de Loures.

A GesLoures realizou uma parceria com a Portugal Aquatraining e a Câmara Municipal de Loures na qualidade de Co – Anfitriã desta Conferência Internacional sobre formação especializada em Gestão de Piscinas, Natação, Hidroterapia e Aquafitness organizada pela @PORTUGAL AQUATRAINING , denominada LOURES AQUACONFERENCE 2023.

A GesLoures, na qualidade de Co-Organizadora da Conferência, proporcionará nestes 3 dias a inscrição de forma gratuita aos seus Trabalhadores(as) e Colaboradores(as) que realizarão Formação Profissional para uma cada vez melhor capacitação dos Nossos serviços.

A Convenção contará com preletores Nacionais e Internacionais de renome, oriundos do mundo do Fitness, Natação e Hidroterapia.

Fonte: GesLoures

Loures de lés a lés – Oeste a Este

Participe na caminhada Loures de lés a lés – Oeste a Este que, no dia 18 de março, convida a fazer uma travessia do concelho de Loures, com 22 quilómetros, entre Montemor e o Parque Urbano de Santa Iria de Azóia (PUSIA).

Em 2023 a Câmara de Loures propõe duas travessias: uma no dia 18 de março, de Oeste a Este, e outra em dezembro, de Norte a Sul. Serão duas caminhadas mais extensas que o habitual, com aproximadamente 22 quilómetros, havendo a oportunidade de ficar a conhecer paisagens menos vistas e património menos conhecido.

É o caso da Quinta dos Condes de Valpassos, da Capela da Nossa Senhora da Redonda, da Capela de Santo Amaro, da Quinta da Granja, da Quinta do Carrascal, da Igreja da Nossa Senhora da Petronilha, do Palácio e da Capela de Pinteus e da Igreja de São Julião do Tojal, nesta primeira travessia entre Montemor e o Parque Urbano de Santa Iria de Azóia.
O ponto de encontro está marcado para o PUSIA, às 8h15, de onde seguirão de autocarro até ao local do início da caminhada.

As inscrições são limitadas e devem ser feitas até 15 de março, junto da Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Loures, através do formulário de inscrição, do endereço de correio eletrónico dd@cm-loures.pt, ou pelo telefone211 151 157.

Inscrições aqui: https://bit.ly/3F3joXe

Fonte: CM Loures

Loures | ATÉ 30 DE ABRIL – Limpeza obrigatória de terrenos

De forma a minimizar o risco de incêndio, a Câmara Municipal de Loures recorda que deverá limpar a vegetação dos seus terrenos até ao dia 30 de abril.

Sabia que limpar a vegetação à volta das casas é a melhor forma de prevenir que um incêndio o atinja a si e aos seus bens? A legislação em território nacional indica que proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos, devem realizar anualmente um conjunto de ações de proteção e segurança com vista à mitigação de riscos de incêndio.

Assim, se é proprietário de um terreno rural (florestal ou agrícola) saiba o que deve fazer até dia 30 de abril de 2023.

Se precisar de esclarecer alguma dúvida, contacte o Departamento de Ambiente, através da Divisão de Gestão de Parques e Floresta: 211 150 326 | dgpf@cm-loures.pt | GNR/SEPNA ct.l-sb.dvfx.npa@gnr.pt.

Fonte: CM Loures

Espetáculo do Dia Internacional da Mulher no Pavilhão "Paz e Amizade" em Loures

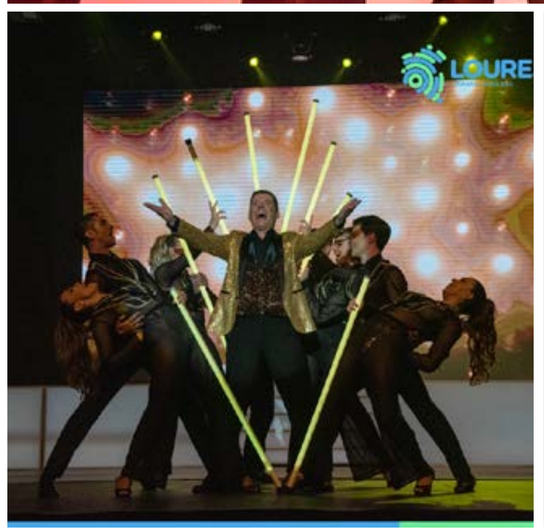
Cerca de 3 500 pessoas estiveram ontem no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures, para assistir ao espetáculo do Dia Internacional da Mulher.

João Baião subiu ao palco para apresentar os "Monólogos da Vacina", que pouco tiveram de monólogos dada a interação que o artista promoveu, ao longo de todo o espetáculo.

Muita animação, diálogos, coreografias, canções e cenas recheadas de humor, que contaram com a participação da 'famosa' Dona Odete.

Na ocasião, o presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, fez questão de agradecer às mulheres de Loures "o papel determinante e insubstituível" na construção de um concelho "mais justo, mais solidário, onde existam cada vez menos desigualdades entre mulheres e homens. As mulheres do nosso concelho fazem muito bem esse papel", afirmou.

Fonte: CM Loures



Fontes de Energia para Produção de Eletricidade na Europa

No ano de 2022, o abastecimento de combustíveis e eletricidade de quase todas as nações europeias assume uma importância acrescida em consequência de a Europa procurar alternativas para mitigar os efeitos da dependência das importações de combustíveis da Rússia.
Por outro lado, enquanto muitos países têm feito progressos no caminho para a transição energética visando minimizar a dependência dos combustíveis fósseis, quase metade dos países europeus ainda depende deles como sendo a principal fonte de geração de eletricidade. Todavia, a Europa tem mantido um ritmo constante na transição para fontes de energia renovável visando a geração de eletricidade, tendo feito um progresso assinalável ao longo da última década.

Usando dados da Eletricity Maps (https://app.electricitymaps.com/map) e da International Energy Agency (https://www.iea.org/) constata-se que, em 2011, os combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão) representavam 49% das fontes de energia para a produção de eletricidade na União Europeia, enquanto que as fontes de energia renovável representavam apenas 18%. Uma década depois, as fontes de energia renovável começam a aproximar-se dos combustíveis fósseis, constatando-se que, em 2021, 32% da produção de eletricidade na União Europeia recorria a fontes de energia renovável, em comparação com 36% que resultava da utilização de combustíveis fósseis.
Embora a produção de eletricidade a partir de energia hídrica não seja tão representativa quanto as outras fontes de energia renovável, não deixa de ser a fonte de energia primária mais comum para a geração de eletricidade na Europa, não sendo negligenciável o seu contributo para a produção de eletricidade a partir de fontes de energia renovável.
Apesar do seu declínio nas últimas duas décadas, a energia nuclear constitui-se na maior fonte única para a geração de eletricidade na União Europeia. Em 2001, 33% da eletricidade produzida recorria à energia nuclear, tendo caído para 25%, vinte anos depois.

No entanto, quando analisamos individualmente os países que integram a União Europeia, constata-se que a maioria dos maiores países continua a depender dos combustíveis fósseis como a sua principal fonte de energia para a geração de eletricidade.
A Alemanha continua a evidenciar uma forte dependência do carvão para a geração de eletricidade, constatando-se que, entre 2017 e 2021, 31% da eletricidade produzida no país recorreu à utilização deste combustível fóssil. Todavia, apesar da dependência do carvão, fonte de energia intensiva na emissão de carbono para a atmosfera, a produção de eletricidade a partir de energia eólica e solar, no período atrás mencionado, foi de 33% do total da produção de eletricidade na Alemanha (23% para a energia eólica e 10% para a energia solar).
Na França, a energia nuclear constitui-se como a principal fonte de energia para produzir eletricidade, contribuindo para mais de metade da eletricidade produzida no país.
Considerando o período de 2017 a 2021, a geração de eletricidade na Itália, Reino Unido e Holanda é fortemente dependente do gás natural. Dos três países mencionados, a Itália é o país mais dependente do gás natural para a produção de eletricidade, sendo esta fonte de energia responsável por 42% da eletricidade produzida no país, enquanto que para a Holanda o recurso ao gás natural representa 40% da eletricidade produzida e para o Reino Unido 38%.
A Espanha contrasta com os principais países da União Europeia, constituindo-se como um caso de sucesso na transição para a utilização de fontes de energia renovável na produção de eletricidade. Enquanto que no período de 2017 a 2021, o país dependia essencialmente do gás natural (29%), em 2022 a contribuição do mesmo para a produção de eletricidade caiu para 14%, contrariamente à energia eólica que aumentou a sua contribuição, sendo responsável por 32% da energia elétrica produzida no país.
Desde a invasão da Ucrânia pela Rússia que a independência energética na União Europeia se tornou de extrema importância, e os países têm vindo a aproveitar a oportunidade para acelerar a transição para fontes de energia renováveis no que à produção de eletricidade diz respeito. Dados publicados recentemente revelam que em 2022, pela primeira vez, a produção de energia elétrica recorrendo à energia solar e eólica (22%) ultrapassou a utilização de gás natural (20%).
Embora em 2022 se tenha registado um aumento no recurso a combustíveis fósseis para a produção de energia elétrica na União Europeia, estima-se que em 2023 ocorrerá uma redução da ordem dos 20%.
Na última década, Portugal tem vindo a fazer investimentos significativos viabilizando a utilização de energias renováveis para a produção de eletricidade. Em 2013, 25,7% da energia elétrica produzida no país recorria a fontes de energia renovável, aumentando para 27% em 2014 e 28% em 2016. Em 2020, este número aumentou para cerca de 30%.
Portugal foi notícia mundial quando, em fevereiro de 2016, 95% da eletricidade produzida no país foi proveniente de fontes de energia renovável, incluindo biomassa, energia hídrica, energia eólica e energia solar. Três meses depois, em maio, por um período de quatro dias, 100% da eletricidade produzida em Portugal recorria a fontes de energia renovável.
O nosso país tem definidos como objetivos estratégicos atingir a neutralidade carbónica até 2050 e conseguir assegurar que, até 2026, 80% do consumo de energia elétrica realizado em Portugal resulte de produções que recorrem a fontes de energia renovável.

Todavia, Portugal está atualmente dependente da importação de energia elétrica para fazer face às necessidades do país, sendo de salientar que, em 2019, a eletricidade produzida internamente apenas satisfez cerca de 25% das necessidades. Nos edifícios é consumida cerca de 56% do total da energia elétrica necessária ao país, enquanto a indústria consome 25%.

João Calado
(Professor Coordenador Principal do ISEL)
(ex-Vereador do PSD)

Conferência sobre "As Novas Recomendações da ERSAR" - Ricardo Leão

Estive numa conferência sobre "As Novas Recomendações da ERSAR" em representação da Associação Nacional de Municípios.

A minha intervenção versou sobre os tarifários sociais para utilizadores domésticos dos serviços de águas e resíduos, formação de tarifários relativos à recolha e tratamento de biorresiduos, bem como a Água para Reutilização.
Estou convicto de que todos os Autarcas estão receptivos e reconhecem a centralidade desta matéria mas, também, tenho a convicção que todos aguardam uma melhor definição do Governo sobre este tema.

Como autarca e, representando todos os autarcas do país, terminei a minha apresentação "recomendando" que quaisquer que sejam as Recomendações que a ERSAR venha a publicar, devem ter sempre em consideração o respeito

pela autonomia regulamentar dos municípios, a realidade distinta dos territórios e das suas populações e, as diferentes estruturas sociais que convocam distintas opções políticas locais e que, dificilmente, serão conciliáveis com soluções universais harmonizadas.

Nestas matérias, como em todos os assuntos que são decisivos para o futuro dos nossos territórios e para a melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos, os Municípios Portugueses estão prontos a dar o seu contributo para viabilizar a concretização das soluções e respostas que se venham a revelar necessárias.
De forma aberta, construtiva, mas com os pés assentes no chão, cá estaremos, como sempre, para servir e para fazer melhor.

Ricardo Leão - Presidente da CM Loures

Regionalização à socapa e sem referendo

O Conselho de Ministros reunido em Faro, para passar a impressão ao país que se importa com as suas regiões, aprovou no passado dia 2 de março, a nova lei orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Refira-se que não estamos perante uma simples descentralização corrente operacionalizada pelo Estado português, mas sim de um significativo reforço das atribuições das CCDR, processo que, segundo a Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, terá um calendário previsto até março de 2024, data em que estarão descentralizadas competências nas áreas da agricultura e pescas, da cultura, da educação, da formação profissional, da economia, da conservação da natureza, da saúde e do ordenamento do território.

Convém lembrar que existem cinco CCDR, a do Norte, com sede no Porto, a do Centro, com sede em Coimbra, a de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Lisboa, a do Alentejo, com sede em Évora e a do Algarve, com sede em Faro.

Cada uma das CCDR, até esta reforma, tinha um Presidente o que se mantém com a nova lei orgânica, mas os dois Vice-Presidentes previstos anteriormente, passam a quatro, como convém para dar mais oportunidades de carreira política aos "boys" dos partidos do sistema.

Verifica-se, pois, que as CCDR têm e mantêm uma implementação territorial em tudo semelhante a uma divisão do território, tipo regionalização, cobrindo todo o país na sua parte continental, porque na Madeira e Açores, como é justificável pela insularidade, temos Regiões Autónomas com Governos e Parlamentos eleitos localmente.

Em termos práticos o que o Governo está a fazer é um princípio de regionalização encapotada, apesar desta ter sido rejeitada por referendo ocorrido em 1998.

Uma das características da esquerda portuguesa quando perde referendos ou quando perde votações em leis da sua agenda fraturante, é voltar aos temas até conseguir vingar os seus pontos de vista.

Nada mais antidemocrático, mas enfim é a democracia em Portugal no seu melhor.

No programa do Governo está previsto para 2024 um referendo sobre a regionalização, mas pelas reservas de parte significativa da oposição não há atualmente condições políticas para a realização dessa consulta popular.

Atualmente a Constituição da República Portuguesa diz que um referendo onde votem menos de 50% dos eleitores não é vinculativo, facto que é temido pelo Partido Socialista atento os níveis de abstenção existentes em Portugal.

Para contornar a dificuldade acima referida, largos setores do Partido Socialista defendem abertamente uma alteração constitucional, para tornar vinculativos referendos com menos de 50% de votantes, ou seja, adapta-se a lei fundamental a interesses políticos e partidários.

Portugal não tem dimensão territorial e solidez financeira para a criação de Regiões Administrativas, com Governos e Parlamentos próprios e a consequente multiplicação de centenas de novos cargos políticos, uns eleitos e outros nomeados.

Com a criação de Regiões Administrativas seria tudo a somar e não diminuiria o número dos funcionários públicos da administração central, dos membros do Governo nacional e dos deputados da Assembleia da República.

É que sabemos que em Portugal nos partidos políticos do sistema não abunda o decoro republicano e democrático, bem como o respeito pelos contribuintes portugueses que tudo suportam estoicamente, até ao dia em que se revoltem contra o poder instalado, como já vem acontecendo, por exemplo, em França.

Sou frontalmente contra a eternização e rotatividade dos políticos, quase sempre os mesmos, em cargos governamentais, da administração central e local, dos institutos públicos e das empresas do Estado, já se estando a verificar dificuldades em encontrar lugares para tanta procura e daí a necessidade de se aumentar a oferta com recurso à regionalização para satisfação das clientelas partidárias do sistema e do costume.

Tem de haver mais vida para além da política, mas isso não acontece quando temos políticos que fazem toda a sua carreira profissional sempre nessa atividade.

Para os portugueses comuns tem de haver mais vida para além da política e às vezes tem de haver duplo emprego e horas extraordinárias para sustentar as próprias famílias, mas também para financiar uma classe política que nunca saiu, nem quer sair, da "bolha" partidária onde está confortavelmente instalada.

Apesar de ser contra a regionalização, isso não me impede de continuar a acreditar no princípio da subsidiariedade, ou seja, numa autolimitação dos poderes do Estado, que não deverá exercer tarefas que possam, de forma mais eficaz e competente, ser exercidas pelas autarquias locais.

A alternativa à regionalização, para já encapotada nas CCDR, é uma descentralização para as autarquias locais, devidamente estudada e bem feita, de acordo com o princípio da subsidiariedade, sem aumento de custos e de funcionários.

Há uma diferença substancial entre regionalização e descentralização de competências e a opção pelo segundo conceito é o caminho a seguir em benefício das populações locais.

O processo de descentralização para as autarquias locais atualmente em curso, que se mantém apesar da nova orgânica das CCDR, só está a ser conseguido pela revolta de muitos Presidentes de Câmara, alguns do Partido Socialista, obrigando o Governo a ceder recursos financeiros mais ajustados para custear essa assunção de novas responsabilidades.

Entretanto vamos aguardar para ver os efeitos que a nova orgânica das CCDR terá na gestão das autarquias locais e nas populações em geral, mas uma coisa já se sabe, é que haverá mais "boys" a nomear.

- Fernando Pedroso
Deputado Municipal do CHEGA na AMO

ODIVELAS TERRA DE OPORTUNIDADES!

Uma das formas de um território se afirmar como destino de qualidade, é precisamente ser percepcionado como uma terra de oportunidades, tanto para os residentes, como para quem visita o território, seja em passagem esporádica, seja profissional, ou por qualquer oura razão.

A gastronomia desempenha, neste particular, um especial papel, pois já diz o ditado popular "*pela barriga se apanha o homem*", razão porque outrora, as mães cuidavam de ensinar a arte de cozinhar ás filhas, para assim as tornar casadoiras.

Existem locais, cidades ou regiões, muito peculiares em razão da sua gastronomia, por exemplo, costumo dizer que uma "***poncha***", só é poncha se feita por um madeirense. Esta bebida tradicional madeirense, que mistura aguardente de cana, laranja, ou limão, açúcar, tudo bem misturado com um instrumento que dá pelo nome técnico de "*caralhinho*", motivo de brincadeira preferida de um madeirense quando faz uma poncha para senhoras, e estas mostram enorme surpresa perante tal nome, recebendo então como resposta do fazedor de poncha "*ai minha senhora não me diga que nunca teve o caralhinho nas suas mãos*". É uma bebida forte, não é para meninos, e parece ter sido inventada por pescadores que não a dispensavam antes de sair para a faina.

A "***chanfana***", típica comida com carne de cabra "virgem", tem a sua capital em Vila Nova de Poiares, e não há restaurante nenhum no distrito de Coimbra que a não sirva com todos os matadores. Foi aí que conheci um distinto actor português, em 2008, quando o Presidente da Câmara local, na época o decano dos Presidentes de Camara de Portugal, Jaime Marta Soares, me convidou para apresentar um livro meu sobre municipalismo, e por coincidência Tozé Martinho encenava uma peça teatral na terra que tive oportunidade de assistir com gosto, tendo participado num agradável convívio comensal, com o actor e companhia, que se mostraram muito interessados e curiosos sobre a temática do meu livro que com gosto também lhes expliquei, terminando Tozé Martinho com o desabafo "gostaria um dia de experimentar o Poder Local".

Já a carne "**mirandesa**", reputada como a melhor carne do mundo, é a ex-libris de Miranda do Douro, e outras terras bragantinas, e curiosamente tem uma ligação à nossa Odivelas: A primeira referência bibliográfica da Raça Mirandesa data 1286, feita por D. Dinis, cuja sepultura aqui jaz. Esta carne é absolutamente divinal, e não a comercializa quem quer, sendo até objecto de rateio. Quando residia em Santarém, junto á estação de comboios existia um restaurante que apenas uma vez por semana tinha esta carne. Era nesses dias que me tinha por cliente, o dono do restaurante quando me via entrar punha logo a mirandesa ao lume. Quando fui para a Madeira em 2005, tive oportunidade de conhecer o Director da prisão regional, cuja terra de origem era Miranda do Douro, logo tão fã da mirandesa quanto eu, e quase chegámos a fundar uma confraria da carne mirandesa.

Já a "***caldeirada de peixe***" honra a localidade de Peniche. Fácil de fazer, mas feita em Peniche é sempre outra coisa, um regalo para o palato.

O "***leitão***", é na bairrada, dizem os comensais experientes nesta coisas, mas o de negrais não lhe fica atrás e sempre é mais perto.

O "***marisco***" faz-se em todo o lado, mas é em Olhão que lhe fazem um festival todos os anos.

A "***feijoada á transmontana***", está bom de ver, é transmontana, e leva couve, mas no mundo, que conheça, só uma cidade reclama ser a sua capital, é o Rio de Janeiro, no Brasil, que lhe dedica o dia de sábado como o dia de feijoada em todos os restaurantes. É diferente da nossa, mas vem-lhe buscar as bases.

Enfim podia continuar e certamente haveria de me esquecer de alguma coisa, o importante é realçar que a experiência gastronómica induz uma socialização enriquecedora.

E Odivelas tem algum traço gastronómico? Terá tido no passado, mas o que nos vem á memória é a celebrada "***marmelada***" de Odivelas, muito típica, cuja variolização está a cargo de uma confraria ou duas.

Tirando isso a nossa gastronomia local é assegurada pelos restaurantes cá da terra, e existem vários para todos os gostos, feitios e bolsas. Mas para um restaurante funcionar como elemento de atracção de forasteiros ou até residentes, para além da boa comida, é essencial ser fácil encontra-lo … aberto.

Já me aconteceu chegar a um restaurante, ali nas colinas, com pessoa convidada, faltando poucos minutos para o meio dia, e ser-me barrada a intenção de me sentar numa das muitas apelativas mesas postas, com o argumento que "*o serviços ainda não começou*", aguarde lá fora. Semelhantemente aconteceu num restaurante perto de casa muito procurado, porque faltavam 7 minutos para o serviço iniciar.

Mas a "*créme de la créme*" foi no passado dia internacional da mulher, pretender proporcionar às minhas mulheres (esposa e filhas) um agradável repasto comemorativo do dia que se assinalava, mas sendo 22.30, apenas dois restaurantes estavam abertos, precisamente os referidos em cima, e ao pretender entrar nos mesmos, visto estarem com vários clientes, a serem atendidos, exibiram uma postura de total indiferença, disparando um definitivo "***já não servimos***".

Em jeito de brincadeira disse ao meu pessoal "*estão a ver afinal a crise é psicológica, estes já não precisam de ganhar dinheiro*".

Não vislumbro como Odivelas se pode assumir como uma terra de oportunidades, se estas oportunidades são desbaratadas pelo tecido económico, no caso a restauração, que se dá ao luxo de recusar clientes porque faltam uns minutos para abrir o serviço, ou porque depois das 22 horas, já não querem clientes.

Certamente a "*glovo*" a "*ubereats*" e outros que tais agradecem, mas uma cosia é certa, com este tipo de restauração, não vamos lá. Nem a marmelada os salva.

Oliveira Dias, Politólogo

A CULTURA

Exposição Arte+Jovem

A Câmara Municipal de Loures convida a participar na inauguração da exposição Arte+Jovem – Proteger a Vida Marinha, a realizar no dia 3 de março, às 15 horas, na Biblioteca Municipal José Saramago, em Loures.

Arte+Jovem é uma iniciativa que promove a criação artística de jovens dos 14 aos 22 anos de idade nas escolas da Área Metropolitana de Lisboa. Tem como objetivo incrementar a proximidade do Município com as escolas, alunos e professores, bem como promover o conhecimento das artes visuais e a produção artística no seio da comunidade escolar. Este ano o tema Proteger a Vida Marinha insere-se no 14.º objetivo dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A exposição estará patente até dia 1 de abril, na Biblioteca Municipal José Saramago, e de 10 de abril a 20 de maio, na Galeria Municipal do Castelo de Pirescouxe, em Santa Iria de Azóia.

Fonte: CM Loures

450 Anos - Convento do Espírito Santo

O Museu Municipal de Loures está a assinalar os 450 anos da fundação do Convento do Espírito Santo de Loures (1573-2023) com um programa comemorativo com várias atividades, entre elas palestras, exposições, ciclos de debates, música e visitas guiadas.

As atividades decorrem ao longo de todo o ano no Museu Municipal de Loures, na Quinta do Conventinho, em Santo António dos Cavaleiros.

Consulte o programa AQUI

Fonte: CM Loures

A CULTURA

Exposição Aceita o Risco

A Câmara Municipal de Loures convida a participar na inauguração da exposição Aceitar o Risco, de Roselyn Silva e Blackson, a realizar, no dia 3 de março, às 17 horas, na Casa da Cultura de Sacavém.
Integrada na programação da Galeria de Arte Pública, a exposição da dupla de artistas Roselyn Silva (designer de moda) e Blackson Afonso (artista plástico), expande os horizontes e os propósitos culturais das atividades municipais e projeta a representatividade, identidade e cultura de artistas de origem africana.
Blackson retrata pessoas, realidades e causas sociais, nas suas telas coloridas, esculturas e instalações de arte de vanguarda, desconstrói (pre)conceitos e propõe uma reflexão sobre arte e sociedade, num contexto pós-colonial e pós-global.
A exposição poderá ser visitada até dia 15 de abril de 2023, nos dias úteis das 9h30 às 12h30 e das 14h00 às 17h00, bem como aos sábados das 10h00 às 17h00. Encerra aos domingos e feriados.

Fonte: CM Loures

A

A Câmara Municipal de Loures, em parceria com a Direção-Geral do Património Cultural, convida para a inauguração de uma mostra e de uma exposição sobre Eduardo Nery, no Museu de Cerâmica de Sacavém, no dia 2 de março, às 12 horas.
A iniciativa inclui a inauguração de uma exposição, bem como de uma mostra documental sobre o painel de azulejos, da autoria do artista plástico, existente no passeio ribeirinho da foz do rio Trancão.
Patente até dia 2 de setembro, esta mostra surge no âmbito do protocolo assinado entre o Município de Loures e a Direção-Geral do Património Cultural, e é uma evocação da memória e do legado artístico de Eduardo Nery (falecido em 2013), que irá decorrer, ao longo dos próximos meses, entre o Museu de Cerâmica e o Forte de Sacavém, através de vários eventos.
Com esta iniciativa pretende-se celebrar e valorizar a doação ao Museu de Cerâmica de Sacavém, pelo próprio artista, de peças (protótipos) para um serviço de mesa, de chá e de café, bem como de diversas publicações.
Poderá visitar o Museu de Cerâmica de Sacavém de terça-feira a domingo, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00.

Odivelas: para o peditório da nova construção, já contribuímos!

Atualmente, a falta de habitação é um flagelo em Portugal, com uma procura muito superior à oferta, provocando um aumento desmesurado dos preços.

A crise financeira de 2008, que foi acelerada pelo desastroso governo socialista liderado por José Sócrates, do qual António Costa também fez parte ativa, levou-nos a um resgate financeiro sob intervenção externa, que nos obrigou a apertar - ainda mais - o cinto, com mais impostos e imposição de novas regras de atribuição de crédito para evitar crises sistémicas no desregulado mercado financeiro.

Este contexto levou a que, a partir de 2011, a construção de novas habitações tenha reduzido drasticamente. Agora, o mercado habitacional não tem oferta suficiente para quem a pretende comprar.

Contrariamente ao que se afirma, o motivo para a escassez de habitação não se deve nem aos Vistos Gold, nem ao Alojamento Local.

A aquisição de bens imóveis residenciais através dos Vistos Gold, que já atraiu mais de 6,6 mil milhões de euros de investimento desde o seu lançamento, representa pouco mais de 3% do total das transações efetuadas. O valor mínimo de aquisição era de 500 mil euros, no caso dos imóveis novos, e de 350 mil euros, nos para reabilitar, aquisições essas que, desde 2022, só podem ser feitas fora de Lisboa, Porto e da zona litoral. Infelizmente, este não é o valor que o português médio tem à disposição para adquirir a sua casa.

O alojamento local, representa uma ínfima parte da ocupação do parque habitacional, ao contrário do que muitos afirmam. Mas é hoje responsável pelo sucesso de Portugal como destino turístico, com quase metade da oferta de dormidas em Portugal que, de outra forma, não estaria disponível para os que nos visitam. O alojamento local teve um contributo decisivo na reabilitação urbana dos centros históricos, que de outra forma estariam devolutos ou em ruínas; na dinamização do comércio local e de proximidade; no aparecimento de novos pequenos negócios, como serviços de limpeza, catering, lavandarias, entre outros; na promoção da oferta de produtos endógenos (doçaria, queijos, mel, enchidos, artesanato etc.); em dar a conhecer a oferta produtiva nacional, como o têxtil, calçado e vestuário; e como fonte de rendimentos de pequenos novos proprietários que, em muitos casos, se endividaram para recuperar os imóveis, mas que foram dinamizadores de uma importante fonte de receitas para o Estado e para o seu crescimento económico.

Para além da redução de financiamento bancário à construção, existem outros obstáculos ao investimento privado em habitação acessível: a carga fiscal, que representa 40 % do preço de uma casa - pela venda de uma habitação por 500 mil euros resulta a entrega de 200 mil euros ao Estado; o valor elevado com quem são comprados os terrenos, devido à escassez nas zonas de maior procura; os custos de construção, que além de caros, em resultado do contexto inflacionista, existe escassez de materiais e equipamentos; os complexos, demorados e imprevisíveis processos de licenciamentos.

Verifica-se assim que dois dos principais constrangimentos estão dependentes da ação do Estado.

E os odivelenses também sofrem deste flagelo. O abrandamento da construção apenas se dá a partir de 2015. Entre 2009 e 2014 foram construídos 3917 novos fogos e de 2015 a 2021 apenas 1583. Na primeira metade da década passada, Odivelas assumia lugares de pódio nacional dos concelhos onde mais se contruía.

Como somos o terceiro concelho mais densamente povoado de todo o país com 5.577,80 habitantes por Km^2, segundo os Censos do INE de 2021, o espaço para nova construção tornou-se escasso, fruto de um desmesurado ímpeto de construção, incentivado pelos executivos municipais dos últimos 4O anos. Durante este período, 99.2% foram construções novas e a ampliação ou recuperação apena representou 0.8% das licenças de construção emitidas.

Dos imóveis existentes no concelho, 84,6% foram construídos entre 1960 e 2010, sendo a maioria dos habitantes proprietários da casa onde vivem e 75% das habitações têm mais de 3 quartos, superior à média de apenas 2,4 moradores por casa, levando a que 75% dos fogos estejam sublotados.

Sendo a qualidade de vida baixa, devido à falta de espaços verdes, locais de lazer, lugares de estacionamento e onde circulação automóvel é caótica, não há motivos para pretendermos mais construção no Concelho.

A construção de raiz deve ser canalizada para as zonas de baixa densidade populacional, que tem vindo a perder habitantes devido à falta de oportunidades de emprego, mas que pode ser resolvido através de um eficaz sistema de transporte ferroviário, que com conforto e rapidez possa garantir a deslocação entre os locais de trabalho e de residência e aliviar a pressão que existe sobre concelhos densamente povoados.

Para Odivelas a estratégia deve passar por reabilitar o edificado do município e da administração central, devolvendo-o à sua função habitacional, criar condições legais para a promoção da recuperação de habitações devolutas, facilitar a transformação de alguns estabelecimentos comerciais sem utilização em espaços fogos habitacionais e acelerar o processo de legalização das AUGI da zona sul do concelho, para que o mercado possa funcionar nessa área territorial.

Para a nova construção, Odivelas já contribuiu muito ao longo de muitos anos, sacrificando o bem estar dos seus habitantes. Desenvolvimento não é sinónimo de mais construção. É altura de virar a página e passarmos de um concelho apenas dormitório, para um concelho do conhecimento!

Filipe Martins, Iniciativa Liberal de Odivelas

MUBi quer Mais Mulheres a Pedalar no dia 8 de Março e em todos os outros dias

Com o objectivo de inspirar e incentivar mais mulheres a usarem a bicicleta no seu dia a dia, a MUBi - Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta criou o projecto Mais Mulheres a Pedalar, que visa incluir uma perspetiva de género no planeamento da mobilidade e do espaço público urbano.

Uma das prioridades da MUBi é sensibilizar para a inclusão das mulheres na mobilidade ativa. Assim, para assinalar o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, foram convidadas 8 mulheres para, em https://maismap.mubi.pt, darem a conhecer as suas experiências, lutas e percepções diárias enquanto utilizadoras regulares da bicicleta como meio de deslocação.

Recorde-se que em 2022, também por ocasião do 8 de Março, a MUBi divulgou um manifesto com um conjunto de reivindicações por um ambiente urbano e de mobilidade mais propício ao uso da bicicleta — "Mais mulheres a pedalar: manifesto por uma cidade inclusiva".

No manifesto, que se mantém perfeitamente actual naquilo que exige à sociedade e aos decisores políticos, ambiciona-se ambientes urbanos universais e acessíveis a todas as pessoas, independentemente do seu género, idade, etnia, religião, nacionalidade e orientação sexual.

Na esteira do manifesto, o site +MAP - Mais Mulheres a Pedalar pretende vir a ser um espaço para criar comunidade em torno das questões de género, abordando as lacunas evidentes no que toca à utilização da bicicleta pelas mulheres (apesar de haver uma evolução positiva, em 2020, apenas 26% das pessoas a usar a bicicleta em Lisboa eram mulheres*) e derrubando preconceitos e obstáculos sociais.

Pretende-se assim:

Incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte e modo de libertação humana, económica e social.

Influenciar políticas públicas e agentes sociais, promovendo a reflexão sobre questões de género e de acessibilidade ao espaço público e mobilidade ativa.

Esclarecer acerca de narrativas dominantes sobre papéis sociais e dificuldades, obstáculos, práticas e mitos sociais instituídos relacionados com o uso da bicicleta.

Partilhar experiências, dificuldades e conquistas entre pares, enquanto espaço de valorização, livre de restrições e aberto ao diálogo.

Desafiar mais mulheres a pedalar, tornando assim as cidades mais diversas, mais seguras, mais justas e mais humanas.

Sensibilizar o universo masculino para uma maior consciencialização do seu privilégio na sociedade, particularmente relacionado com o planeamento urbano e infraestrutura para uso da bicicleta.

O +MAP - Mais Mulheres a Pedalar está integrado num projecto mais abrangente para tornar a cidade de Lisboa mais inclusiva — a plataforma Cidade Ciclável, que a MUBi está a melhorar para ser mais completa e incluir novas funcionalidades, à luz das necessidades específicas das mulheres e grupos mais vulneráveis (crianças, idosos, pessoas com mobilidade reduzida e pessoas LGBTI).

O +MAP - Mais Mulheres a Pedalar está integrado num projecto mais abrangente para tornar a cidade de Lisboa mais inclusiva — a plataforma Cidade Ciclável, que a MUBi está a melhorar para ser mais completa e incluir novas funcionalidades, à luz das necessidades específicas das mulheres e grupos mais vulneráveis (crianças, idosos, pessoas com mobilidade reduzida e pessoas LGBTI).

Este projecto está a ser desenvolvido no âmbito do Urban Mobility Innovators – Voxpop, co-financiado pela European Urban Initiative e pela Câmara Municipal de Lisboa, que procurou soluções digitais inovadoras para ajudar a resolver os desafios de mobilidade de comunidades mais vulneráveis em Lisboa.

Com o Cidade Ciclável - Mais Mulheres a Pedalar, a MUBi pretende alcançar uma maior justiça social e de género na utilização da bicicleta, possibilitando o registo de ocorrências de assédio rodoviário e zonas de perigo, ajudando não só os utilizadores e as utilizadoras da bicicleta a tomar decisões mais seguras, mas também os decisores políticos na identificação de áreas problemáticas.

O conjunto de conteúdos do Cidade Ciclável irá ser substancialmente melhorado, numa lógica de co-construção, decisões informadas e participadas, contribuindo para criar um ecossistema de mobilidade mais acessível e inclusiva.

*Rosa Félix et al. 2021

+MAP - Mais Mulheres a Pedalar - https://maismap.mubi.pt

Proposta energia eólica offshore: ONGA propõem critérios ambientais e socioeconómicos mais rigorosos

Atual proposta falha na resposta integrada aos desafios ambientais que coloca, ficando a faltar uma exclusão clara da Rede Natura 2000 das áreas de implantação

A ANP|WWF, Sciaena, SPEA e ZERO consideram que a proposta preliminar das áreas espacializadas para implantação de projetos de energias renováveis offshore apresentada pela Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos e em processo de consulta pública até dia 10 de março, não reflete uma abordagem ecossistémica e precaucionária, e falha em desenvolver critérios claros e rigorosos para o desenvolvimento deste tipo de energia e que assegurem a salvaguarda do património natural, nomeadamente da vida selvagem e habitats.

As Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) consideram que a definição das go-to areas tem de ser baseada em mapas de sensibilidade para a vida selvagem e habitats e alertam para o facto de a proposta não considerar zonas de conservação, como a Rede Natura 2000, Áreas Marinhas Protegidas ou corredores migratórios para espécies sensíveis. Três das nove áreas propostas para instalação de energia renovável offshore – Matosinhos (até 50m de profundidade), Sintra-Cascais e Sines (até 50m de profundidade) – sobrepõem-se a áreas da Rede Natura 2000, zonas importantes para as aves marinhas e cetáceos que, consideram as ONGA, devem ser excluídas. No caso da Ericeira, apesar de não estar sobreposta, a área definida não respeita as zonas tampão de duas Zonas de Proteção Especial (ZPE), devendo ser também retirada ou ver os seus limites repensados.

A energia renovável offshore desempenha um papel incontornável na transição energética europeia para uma economia resiliente e totalmente descarbonizada e será essencial na prossecução dos ambiciosos objetivos da União Europeia, e de Portugal, para 2030. Contudo, é igualmente essencial que todos os projetos sejam considerados para além do ponto de vista da transição energética, englobando também a crescente degradação do nosso oceano e consequente necessidade de adotar abordagens ecossistémicas. De acordo com a avaliação preliminar realizada com base nos dados disponibilizados pelo documento em consulta, se incluíssemos as áreas que conflituam com áreas de Rede Natura 2000, seria ainda assim possível produzir, em média, 75% de toda a eletricidade que o país consome anualmente.

A designação de áreas deve assentar numa criterização rigorosa, holística e clara que inclua aspetos ambientais, sócio-económicos e alinhados com a legislação ambiental existente, assente num processo transparente, baseado na melhor evidência científica disponível e participado por todos os atores relevantes.

Além disso, deve fazer parte de um processo de ordenamento do espaço marítimo abrangente e complementado com a meta estabelecida pela Estratégia da Biodiversidade de proteger pelo menos 30% das águas da União Europeia (UE) até 2030. Como tal, é crucial que qualquer desenvolvimento da atividade seja feito fora dos limites (incluindo zonas tampão em redor) das Áreas Marinhas Protegidas (AMP) e que não represente impactes negativos nas áreas integrantes da rede Natura 2000.

Por outro lado, todos os projetos e localizações devem ser sujeitos a estudos de impacte ambiental, incluir medidas que minimizem os efeitos nos ecossistemas e, em certos casos, incluir também aspetos de compensação ambiental onsite e lidar diretamente com as espécies/ habitats degradados. É igualmente decisivo que a avaliação dos impactes cumulativos da exploração de energia eólica offshore considere todas as interações possíveis, não só entre a própria atividade e o ambiente marinho, mas também entre atividades, nomeadamente a pesca, e que inclua a cooperação transnacional na ponderação desses impactos cumulativos.

No processo de seleção de projetos devem ser incluídos no concurso 30% de critérios relacionados com aspetos não-financeiros, por forma a que os projetos compitam não só no preço mas também nas medidas tomadas para reduzir o impacte nos ecossistemas marinhos, vida selvagem e nas próprias comunidades locais. Na mesma linha, todos os projetos de energia renovável offshore têm de ser monitorizados e o resultado dos estudos deve ser público.

A par com estes critérios, os princípios da precaução e da eficiência energética devem estar subjacentes a todas as fases do processo, sobretudo porque, de acordo com o que é conhecido, a instalação de energia renovável offshore destina-se sobretudo à produção de Hidrogénio eletrolítico. Neste quadro, persistem diversos problemas que devem ser considerados, desde o transporte eficiente de eletricidade do mar para terra e com o menor impacte possível, até ao transporte de eletricidade em terra, que deve evitar percorrer longas distâncias ou atravessar áreas sensíveis.

É igualmente fundamental que as ligações a terra sejam feitas aproveitando as redes de transporte de eletricidade de muito alta tensão já existentes. A construção de novas redes deve ser evitada ao máximo, contudo, nos casos em que seja efetivamente necessário, a nova rede de transporte deverá intercetar a atual em áreas mais próximas de costa que não sejam conflituantes com áreas da Rede Natura 2000, bem como das áreas ocupadas por centrais de ciclo combinado (CCC) e instalações industriais intensas em termos energéticos.

A transição energética e a proteção da natureza não são, nem podem ser mutuamente exclusivas. Este exercício concede a Portugal uma oportunidade de efetivar os seus objetivos climáticos e energéticos, mas não será bem-sucedido se não for implementado de forma holística e tendo em conta os desafios e impactes sobre o próprio oceano além de toda a vida marinha e comunidades locais que dele dependem.

A conservação e restauro da natureza e a transição energética devem ser planeadas e implementadas paralelamente para que possam apoiar-se mutuamente na concretização dos objetivos climáticos, de biodiversidade e energéticos de Portugal.

Este conjunto de ONGA submeteu um parecer mais extenso, constituindo este comunicado uma súmula dos aspetos mais significativos.

Fonte: ZERO.ONG

Loures presente na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa

A BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorreu na FIL desde 1 de março, registou a visita de milhares de pessoas interessadas em conhecer potenciais destinos turísticos. Loures, e o extenso território do seu concelho, esteve presente com os produtos identitários da região, bem como o seu património natural e cultural. Integrado no stand da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, o espaço de Loures mostrou o que estamos a fazer para receber a Jornada Mundial da Juventude, que se vai realizar entre 1 e 6 de agosto, e proporcionou ainda aos visitantes a oportunidade de participar em provas de vinhos e degustações de produtos regionais. Mais uma vez agradeço aos empresários e empreendedores do concelho o dinamismo, a qualidade e a produção de riqueza no nosso concelho que contribuem também para a sua atratividade.

Ricardo Leão - Presidente da CM Loures

CPI TI
COMPANHIA PORTUGUESA DE
IMPRESSORAS
TECNOLOGIAS DE IMPRESSÃO
SOLUÇÕES DE
IMPRESSÃO
www.cpiti.pt
21 472 7000 info@cpiti.pt

www.radiobobadela2020.org
ERC
Nº De Registo 700174
Porque a Magia do Som Está Na Cor Da Musica